

TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DO CEARÁ: uma análise reflexiva¹

Caio Cesar Silva Nascimento²
Daniel Camargo³
Vitoria Ribeiro Rodrigues Mesquita⁴

RESUMO

O presente trabalho visa discutir acerca da trajetória de expansão da educação profissional no estado do Ceará, por meio de uma pesquisa sobre seus avanços, características e intencionalidades ao longo dos últimos 20 anos. Por conseguinte, aborda-se a implementação da Rede Estadual de Educação Profissional do Estado, principalmente a partir do ano de 2008 com a implantação das primeiras Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs). Nesse sentido, o artigo apresenta também uma reflexão acerca da historicidade dos conceitos de Trabalho e Educação vinculados à formação profissional. Por meio de uma metodologia de análise documental e teórica, buscou-se traçar um panorama da educação profissional do Ceará abrangendo desde a evolução das leis e decretos às políticas educacionais que ampliaram o acesso e a melhoria da qualidade da formação técnica. Por fim, a pesquisa apresenta um ponto de atenção no que tange a integração do ensino médio à formação profissional que visa meramente atender as demandas do mercado de trabalho e qualificar estudantes para ingressarem em ambientes profissionais. A formação integral, proposta pelos teóricos referenciados nesta pesquisa, deve promover a participação no mundo do trabalho, compreensão e atuação frente às dinâmicas da sociedade.

Palavras-chave: Educação Profissional, Políticas Educacionais, Trabalho e Educação.

INTRODUÇÃO

O presente texto objetiva refletir sobre as políticas educacionais direcionadas aos sujeitos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), com recorte histórico que permeia os principais marcos legais, programas, políticas de governo e de Estado que emergem a partir da promulgação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, no ano de 2008. Vale ressaltar que tal promulgação criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). No Ceará, a expansão da Educação

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001;

² Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Professor Adjunto da Universidade Estadual do Ceará - UECE, caio.nascimento@uece.br;

³ Doutorando em Educação pela Universidade de Sorocaba (UNISO), bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Coordenador Pedagógico no Senac-SP, danielcamargoprof@gmail.com;

⁴ Graduanda pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará - UECE, bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap) vitoria.mesquita@aluno.uece.br.

Profissional também se destacou com a criação das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs), que ampliaram as oportunidades de formação técnica para jovens em diversas regiões do Estado.

O cerne da discussão do trabalho está na análise crítica das políticas educacionais de EPT, para então, trazer para o debate as possíveis tensões que envolvem o avanço do neoliberalismo sobre essas políticas, sobretudo, de uma educação comprometida com o combate às desigualdades.

Para tanto, o texto divide-se em três seções, a saber 1. Expansão da Educação Profissional e Tecnológica, em particular, no Estado do Ceará, na qual apresentam-se, a concepção de EPT e suas respectivas políticas; 2. Relações multiformes: trabalho e educação, parte essa dedicada às reflexões a partir de teóricos sobre os conceitos supracitados e sua relação com as políticas educacionais e 3. Considerações finais, trecho este que dialoga com as duas seções anteriores, discutindo o recorte histórico aqui elencado das políticas à EPT e suas relações com o neoliberalismo, evidenciando assim uma concepção de humanidade, sociedade e trabalho que podem se tornar exclusivamente utilitaristas. Além dessas abordagens, esta seção também intenta retomar os compromissos educacionais da EPT com a democracia, com a participação social e com o trabalho como princípio educativo.

1. Expansão da Educação Profissional e Tecnológica

Essa seção traça um panorama da educação profissional do Ceará abrangendo desde a evolução das leis e políticas educacionais até as críticas sobre a eficácia e as motivações por trás do ensino profissionalizante no Brasil e no Estado, como a articulação com os interesses capitalistas e a disputa política na educação.

Para iniciar a discussão vale retomar a primeira metade do século XX, que no campo das leis e políticas educacionais voltadas para ensino profissionalizante, implementou-se em 1942 a Lei Orgânica do Ensino Industrial, estabelecendo as bases para a organização de um sistema de ensino profissional para a indústria, e a Reforma Capanema, ambas contribuíram para efetivar uma estrutura elitista e dualista do ensino brasileiro.

De um lado, estabelecia-se uma estrutura destinada aos estudos enciclopédicos e intelectualistas, organizados a partir de uma concepção rígida, seletiva e uniforme de educação, capaz de conduzir seus egressos aos cursos superiores, de forma a consolidar a formação condutora. De outro, havia a estrutura profissionalizante, direcionada às camadas desfavorecidas da sociedade; os egressos dessa, diferentes daqueles, não podiam cursar qualquer curso superior, mas somente os que fossem equivalentes ao técnico (Nascimento, 2014, p. 4).

Nesse cenário, em meados da década de 1946, acontece o crescimento significativo de escolas profissionalizantes no Brasil, tanto por investimento de empresas privadas como por investimento governamental. É nesse período que surge o Senai e o Senac através da inserção do Sistema S – entidade privada, com o objetivo de preparar mão de obra. Também se consolida o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), em sua origem se deu a Escola de Aprendizes e Artífices, mantida pelo governo federal, aumentando assim as escolas técnicas.

Com a LDB de 1996, a educação profissional passa a integrar “às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva” (LDB, 1996, art. 39), ou seja, a formação técnica deve estar atrelada a formação intelectual para caso o estudante queira ingressar no ensino superior.

A revogação do decreto 2.208/97 através da regulamentação do decreto 5.154/04 representou um avanço nas políticas públicas voltadas para educação básica, especialmente no ensino médio, pois possibilitou sua integração ao ensino profissionalizante.

No Ceará, a primeira escola foi o Liceu (meados de 1943), que inicialmente atendia apenas a o público masculino da classe dominante, apenas no final do século XX tornou-se mais democrático, atendendo a classe desfavorecida e o público feminino. Os estudantes recebiam uma formação multidimensional, conforme destaca Nascimento (2014, p.6-7):

Além das aulas teóricas de português, matemática, história, biologia, etc., tinham aulas de música, praticavam esportes olímpicos, tinham formação política extracurricular e um grande crescimento pessoal devido à convivência com alunos de diferentes classes sociais.

A promulgação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, em 2008, consolidou a Educação Profissional do Brasil. A organização

dessa Rede se deu como um marco de ampliação, interiorização e diversificação da EPT no Brasil, podendo ser considerada como uma tentativa de ampliar a cidadania civil e política da população (Nascimento; Camargo, 2024, p. 48).

Por meio dela, foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). Além dos IFs, a Rede também conta com a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), os Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), as Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais e o Colégio Pedro II.

Pode-se refletir que com a promulgação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica a EPT avançou em sua atuação nos espaços de Educação Básica, prioritariamente de maneira concomitante. Ou seja, espera-se que as políticas voltadas à EPT contribuam na formação para o mundo do trabalho e à prática social, conforme orienta a LDB. (Nascimento; Camargo, 2024, p. 48-49)

Concomitantemente em 2008, o Governo do Estado do Ceará homologou a lei estadual nº 14.273/2008, que dispõe sobre a criação das Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEP. O apoio financeiro advém do governo federal, através do Programa Brasil Profissional, em conjunto com recursos do Tesouro Estadual. A estratégia central foi integrar o Ensino Médio à formação profissional de nível técnico, oferecendo educação em tempo integral aos jovens cearenses. Essa abordagem permite que os (as) estudantes obtenham qualificação para o mercado de trabalho ao mesmo tempo que se preparam para ingressar na universidade, caso assim desejem.

O Ceará iniciou o programa de educação profissional, estabelecendo 25 EEEPs em 20 municípios. A seleção dos municípios foi baseada na sede das Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDE) e em critérios como vulnerabilidade social e indicadores educacionais abaixo do esperado. A escolha dos cursos considerou as características socioeconômicas dos municípios e os projetos estratégicos do governo estadual. Ao longo de 16 anos, o programa cresceu significativamente, com mais de 122 escolas em 98 municípios e a oferta de 52 cursos técnicos em diversas áreas.

A implementação das EEEPs reflete a busca por um modelo educacional que integre formação técnica e acadêmica, buscando atender às demandas do mercado de trabalho e promover a ascensão social dos estudantes. Essas escolas padronizam cursos que estão aliadas às demandas da sociedade e formam milhares de estudantes todos os

anos na esperança de um futuro promissor. Dessa forma, importante indagar: será que as EEEPs cumprem seu papel de oferecer uma prática pedagógica aliando teoria e prática e que integre formação técnica e acadêmica?

O debate sobre a empregabilidade juvenil no Brasil não pode ignorar o fato de que cerca de 40% dos jovens estão fora do mercado de trabalho. De acordo com o IBGE (2022), 15% estão apenas estudando, enquanto outros 14% conciliam estudos com trabalho. Essa geração é frequentemente rotulada como "nem-nem", ou seja, jovens que não estudam nem trabalham, em grande parte devido à falta de oportunidades. A integração do ensino médio com a educação profissional surge como uma solução auspiciosa para tirar esses jovens de situações de vulnerabilidade social, combater o alto índice de evasão escolar e enfrentar o desemprego causado pela falta de qualificação profissional.

No entanto, essa integração não garante uma ascensão social, pois os jovens continuam pertencendo à classe trabalhadora e, muitas vezes, acabam em trabalhos precarizados. Portanto, como destacado por Ribeiro *et al* (2020), a finalidade desse tipo de ensino é preparar os estudantes para o mercado de trabalho de forma rápida e econômica, sem necessariamente promover uma mobilidade social significativa.

Diante desse contexto, é fundamental refletir sobre as limitações e desafios que ainda cercam o modelo de educação profissional no Ceará e no Brasil. Embora as EEEPs e outras iniciativas tenham ampliado o acesso à formação técnica e proporcionado melhores condições para a inserção de jovens no mercado de trabalho, é necessário reconhecer que essas políticas nem sempre promovem a transformação estrutural desejada. O foco na rápida qualificação, alinhado aos interesses imediatos do mercado, muitas vezes limita o potencial emancipador da educação, perpetuando desigualdades sociais ao invés de rompê-las. Para que essa integração entre ensino médio e formação profissional cumpra seu papel de forma plena, é crucial que ela não se limite à qualificação técnica, mas também forme cidadãos críticos, preparados para enfrentar desafios sociais e econômicos.

2. Relações multiformes: trabalho e educação

Para Demerval Saviani (2007), o trabalho desempenha a essência do ser humano, por meio dele se expressa a nossa capacidade de dar forma ao mundo de acordo com as necessidades percebidas e/ou desejadas em um determinado contexto. Por esse caráter multifacetado do trabalho, o temos como elemento importante para a identidade e para a própria existência humana, por isso, o trabalho pode ser compreendido como a essência de nossa humanidade.

Desse modo, precisamos aprender a produzir nossa própria existência por meio do trabalho, o ato de produzir, de trabalhar, está diretamente relacionado ao processo de formação e de educação. Por tal perspectiva, assume-se a complementaridade entre trabalho e educação. Ao trabalhar, se educa, ao se educar, se trabalha, então, para existir é necessário produzir a própria vida:

[...] isso significa que o homem não nasce homem. Ele forma-se homem. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo. (Saviani, 2007, p. 154).

Com as questões do trabalho imersas em meios de produção, e, mais que tudo, a apropriação privada desses meios provocou, e provoca, cisões e tensões na relação entre o trabalho e a educação. Antes desse cenário, o verbo educar esteve intrinsecamente ligado ao processo de trabalho, conforme complementa Saviani (2007, p.154):

Tudo era feito em comum. Na unidade aglutinadora da tribo dava-se a apropriação coletiva da terra, constituindo a propriedade tribal na qual os homens produziam sua existência em comum e se educavam nesse mesmo processo.

Já com a vida pautada em bens privados, a consequência central foi a divisão de nossa sociedade em classes, classes essas pautadas na apropriação e acumulação dos bens produzidos de tal maneira que a educação se voltou para os (as) proprietários de bens, de uma forma, e para os não tão proprietários (as), de outra forma.

Ricardo Antunes (2005) complementa que o trabalho, enquanto expressão de vida, traz consigo faces de degradação e de criação, infelicidade, atividade vital e escravidão, felicidade social e servidão: “Essa dimensão dúplice e mesmo contraditória presente no mundo do trabalho que cria, mas também subordina, humaniza e degrada,

libera e escraviza, emancipa e aliena, manteve o trabalho humano como questão nodal em nossa vida. (p. 12).”

Saviani (2007) compreende que, a partir do advento das classes sociais, a educação para aqueles e aquelas que possuem bens, os (as) proprietários (as), tem enfoque separada do trabalho, por voltar-se para as atividades intelectuais. No pólo antagônico, os saberes a serem ensinados para a classe não-proprietária são assimilados pelo próprio trabalho, isto é, intrínseco e respondente ao processo produtivo vigente.

A vida em sociedade passa a ser moldada pelo viés do modo de produção capitalista, ou seja, as relações sociais passam a operar segundo a lógica do capital, o que significa também as relações de trabalho e de educação. Exemplo típico é o advento da economia industrial, a partir dela, o capital necessitou de uma crescente demanda por pessoas trabalhadoras que fossem alfabetizadas e adquirissem proficiência básica em cálculo, pois assim estariam aptas a servir melhor ao capital e ao seu respectivo acúmulo de bens para os (as) proprietários (as). Logo, houve crescente incentivo à criação de escolas de ensino técnico para operação desse capitalismo industrial, e, por outro lado, educação intelectual para os (as) filhos (as) dos (as) proprietários, isto é, para a elite, com currículos que contemplassem vivências em artes, letras, filosofia e ciências.

Acrescenta-se que as relações sociais e econômicas do sistema capitalista resultam numa natureza alienante do trabalho (Marx, 1968): quando os trabalhadores (as) se sentem desconectados (as) do próprio processo de trabalho, dos outros trabalhadores (as) e até de sua própria humanidade.

Nesse contexto, o vínculo entre trabalho e educação é marcado por conflitos e ganha uma relação de necessidade. Enquanto algumas classes sociais têm acesso a uma educação voltada para capacitação exclusiva para absorção de sua mão de obra para servir ao mercado de trabalho, outras, desfrutam de uma educação ampla, voltada para o enriquecimento intelectual e não necessariamente ligada somente ao trabalho (mercado de trabalho).

Ampliando essa complexidade e dualidade “educação para o mercado x educação para o intelecto”, o mundo contemporâneo fez eclodir, com uma grande força, o universo do não-trabalho, o mundo visto sobre a ótica do desemprego, com questões

alarmantes como trabalhos parciais, precários, temporários ou até mesmo o desemprego estrutural, e, mais emergente e preocupante ainda, entra em voga a flexibilização de direitos do trabalho.

A flexibilização dos direitos trabalhistas é cerne dos desafios atuais das relações de trabalho, em sua instância mais nefasta, volta a ampliar a fragilidade do (a) trabalhador (a). Fato expressivo, em solo brasileiro, foi a promulgação da Lei 13.467/2017, reconhecida como “Reforma Trabalhista” que mudou as regras de remuneração, plano de carreira e jornada de trabalho, sobretudo, permitiu a negociação coletiva de condições de trabalho, intensificando fragilidades para o (a) trabalhador (a), conforme expresso por Carlos Henrique Rodrigues Nascimento, advogado e consultor jurídico, em matéria digital do JusBrasil: “[...] a prorrogação da jornada de trabalho em ambiente insalubre somente era possível mediante autorização do Ministério do Trabalho. Com a reforma, basta que essa prorrogação seja prevista em norma coletiva.”.

Esse novo desenho do trabalho é denominado de “nova morfologia do trabalho” (Antunes, 2005, p.17), o que significa que temos convivido com pessoas assalariadas urbanas e do campo, compreendidas nos mais diversos setores de produção, como industriais, rurais, e de serviços, configurando contingente de terceirizados (as), subcontratados (as), entre tantas outras formas análogas de informalização do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho utilizou como principais referenciais teóricos autores como: Marise Ramos, Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta, Dermeval Saviani e Ricardo Antunes para refletir sobre o campo da EPT e a relação trabalho e educação, como também, enquanto fontes para salientar o avanço do neoliberalismo em políticas educacionais, entre outros (as) pesquisadores (as) da Educação Profissional. Buscando entender o contexto da expansão da EPT e como ela tem se apresentado como uma saída educacional visando acesso e inserção, principalmente das juventudes no mundo do trabalho, foi desenvolvido um estudo bibliográfico, que também permitiu analisar os discursos acerca da EPT e a concepção de educação para o trabalho das políticas educacionais em diálogo com pesquisadores das temáticas supracitadas.

Ao nos atermos para o desenvolvimento histórico do capitalismo no Brasil, edificado em classes, é emblemático como a estrutura de desigualdade é mantida. No caso da Educação Pública, em todos os seus níveis, o quadro se torna melindroso e revela uma dívida quantitativa e qualitativa, sobretudo, para o ensino médio demonstrando uma ausência de cidadania efetiva, conforme expresso por Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta e Marise Ramos (2005, p.07): “[...] apenas ao redor de 45% dos jovens brasileiros concluem o ensino médio e, destes, aproximadamente 60% o fazem em situação precária – noturno e/ou supletivo.”.

A escola, instituição permeada pelas relações sociais, encontra o âmago de sua desigualdade, assim como na sociedade, em virtude do projeto capitalista e, mais ainda, no caso de nosso país, por ter tido sua constituição marcada pelo longo processo de colonização. Colonização essa econômica, política, social e cultural, como também por ter sido a última nação ocidental a proclamar o fim da escravidão.

Os rearranjos políticos, sociais, econômicos, culturais e educacionais resultam da manutenção das estruturas de poder e privilégio daqueles (as) que possuem grandes latifúndios ou extrema concentração de propriedade de terra, abundância de riqueza e renda, isenção de tributos sobre grandes fortunas, em síntese, medidas políticas que operam para manutenção da desigualdade aqui anunciada. Como desenredo, além da desigualdade de oferta de educação de qualidade para toda pessoa cidadã, temos também a miséria e a violência em nossa sociedade.

Como consequência, as políticas educacionais mais atuais enfrentam um apelo às palavras como “flexibilidade/flexibilização” e “empreendedorismo/empreender” como caminho para mitigar problemas complexos como os da informalização do trabalho, portanto, uma concepção ampliada do trabalho, contemplando suas contradições e paradoxos, pode possibilitar no entendimento de seu papel na sociabilidade contemporânea.

Como forma de superação desse contexto, Caio Prado Júnior (1996) afirma ser necessário romper com a “colonização intelectual”, ou seja, nosso pensamento deve partir de nosso processo histórico, da realidade brasileira e não mais se submeter a processos e modelos copiados de outros territórios. Para o autor, essa medida implica no esforço de entender nossa realidade para identificar, outros dois elementos cruciais para

alteração dessa profunda desigualdade, que é o domínio do capital internacional sobre a economia do Brasil e reconhecer a assimetria de forças entre o trabalho e o capital.

Frigotto (2012, p. 71) atrela a piora das questões aqui discutidas a partir da radicalização das políticas neoliberais, visto a crescente mercantilização dos direitos sociais e a quebra da proteção ao trabalho. Como consequência, há uma reserva de trabalhadores (as) que encontra na precariedade do trabalho sua única opção. Laval (2004) adiciona que a influência neoliberal e seus ideários foram projetados na educação reduzindo, de tal modo, a função social e submissão da área aos interesses do mercado.

Como formação humana, o que se busca é garantir às juventudes, ao jovem e também ao adulto trabalhador (a), o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que, neste sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos aqui elucidados, sobretudo, a relação entre educação e trabalho. (Frigotto, 2012, p.85).

Extra muros da escola, há um elemento importante para se alcançar um ensino médio integrado de qualidade e de formação humana. Esse elemento é a sociedade civil e a política, pois poderão proporcionar condições objetivas e subjetivas, em termos econômicos e políticos, para viabilizar este projeto: “Projeto que tem em seu ideário a mudança das estruturas que geram desigualdade e a construção de um projeto societário de base popular.” (Frigotto, 2012, p. 78).

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

BRASIL, Decreto nº. 2.208 de 17 de Abril de 1997. **Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei Federal nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Diário Oficial da União, Brasília, 1997.

BRASIL. Decreto nº. 5.154 de 23 de Julho de 2004. **Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, 2004.

BRASIL. LDB – **Lei de Diretrizes e Bases da Educacional.** Lei 9394/96

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. **Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)**. Diário Oficial da União, Brasília, 2017.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. RAMOS, M. (Orgs.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Trad. Maria Luiza M. de Carvalho e Silva. Londrina: Planta, 2004.

MARX, K. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MÉSZÁROS, I. **Education beyond capital**. *Conferência no Fórum Mundial de Educação*. Porto Alegre, 2004.

NASCIMENTO, A. A. N. G. F. **O ensino profissionalizante no Ceará. um resgate histórico**. Anais VI FIPED. Campina Grande: Realize Editora, 2014. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/6454>> Acesso em: 23 mar. 2024.

NASCIMENTO, C. C. S.; CAMARGO, D. **A expansão do ensino médio técnico e a influência do neoliberalismo na educação profissional e tecnológica (EPT)**. CONEDU - Políticas Públicas de Educação (Vol. 02). Campina Grande: Realize Editora, 2024. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/105454>>. Acesso em: 14/09/2024

NASCIMENTO, C. H. R. Confira os 5 melhores e 5 piores pontos da reforma trabalhista. **JusBrasil**, [s.d]. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/noticias/confira-os-5-melhores-e-5-piores-pontos-da-reforma-trabalhista/478153377>>. Acesso em 29/08/2024>.

PRADO JÚNIOR, C. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

RIBEIRO, E. C. S. *et al.* A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CEARÁ SOB A CRÍTICA MARXISTA: HISTÓRIA, POLÍTICA E ESPECIFICIDADES. **Revista e-Curriculum**, v. 18, n. 2, p. 1017-1039, 26 jun. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.23925/1809-3876.2020v18i2p1017-1039>>. Acesso em: 23 mar. 2024.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista brasileira de educação**, v. 12, n. 34, p. 152-165, 2007.